

31 de março de 2008

Vol. 3 No. 6

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Conselho de TRIPS continua marcado por divergências	1
Protocolo de Biossegurança: Protocolo de Cartagena traz alguns avanços	1

NOTÍCIAS REGIONAIS

Venezuela ganha o primeiro round na disputa com Exxon Mobil	3
Energia: Argentina prepara-se para o inverno	3

BREVES MULTILATERAIS

A integração do mercado de trabalho mundial	6
Starbucks promoverá o café ruandense	7

BREVES REGIONAIS

Produtores do setor agropecuário argentino reagem às medidas de exportação	7
Cuba libera comércio de insumos agrícolas	9

EVENTOS

9

INFORMAÇÕES ÚTEIS

11

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Conselho de TRIPS continua marcado por divergências

Antigas divergências quanto à alteração das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) para que a obrigação de revelar o uso de qualquer recurso biológico ou conhecimento tradicional seja incluída no registro da patente – sob pena de sua revogação – marcaram o encontro ocorrido no último dia 13 de março do Conselho da OMC sobre Aspectos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês).

Brasil, Índia, Cuba, Peru, Equador, Paquistão, Tailândia e Venezuela afirmaram a existência de um apoio crescente por parte dos Membros da OMC a uma alteração do Acordo TRIPS, com vistas à proteção da biodiversidade, nos termos da proposta apresentada por aqueles países (IP/C/W/474). Uganda expressou uma visão semelhante, em nome dos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs).

A proposta de alteração inclui uma exigência compulsória de revelar a origem de recursos biológicos e/ou conhecimento tradicional que a eles se associem, quando da solicitação de um registro de patente. Seria também necessário demonstrar a existência de consentimento prévio, bem como a divisão justa e equitativa dos lucros oriundos da utilização comercial de tais recursos ou conhecimentos. Tais países alegam que a alteração nesses termos – com a ameaça de cancelamento da patente caso as obrigações de informação prévia não sejam atendidas – é necessária para prevenir a “biopirataria”.

A República Dominicana e o grupo de países da África, Caribe e do Pacífico (ACP) anunciaram recentemente seu apoio à proposta – o que levou os demais países que promovem a medida a salientar que cerca de 80 dos 151 membros da OMC apóiam uma alteração do Acordo TRIPS.

Conforme os parâmetros tipicamente seguidos em discussões sobre o assunto, Estados Unidos da América (EUA), Nova Zelândia, Canadá e Coréia disseram que apesar de se oporem à biopirataria, não consideram que uma obrigação de informação prévia

PONTES Quinzenal também está disponível *online* e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje [cadastrar-se](#) (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

seria o meio mais eficiente de lidar com a questão. Eles afirmaram que ainda não estavam convencidos sobre a existência de um conflito entre o Acordo TRIPS e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e que, portanto, não haveria necessidade para uma alteração nas regras da OMC. Afirmaram ainda que outros métodos para evitar a apropriação indevida de conhecimentos tradicionais e material genético deveriam ser considerados, a exemplo do sistema de banco de dados proposto pelo Japão (IP/C/W/504 e IP/C/W/472). Tais países, por fim, expressaram que uma discussão mais ampla e baseada em dados concretos sobre apropriação indevida seria necessária.

A União Européia (UE), por sua vez, reiterou que está preparada para negociar a introdução de uma obrigação de informação de origem, mas que não seria favorável à obrigação de consentimento prévio mediante informação, tampouco à obrigação de provar a repartição equitativa dos lucros. Sustentou, ainda, que a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) – e não a OMC – seria o fórum apropriado para discussões sobre o tema. A UE argumentou ainda que eventuais violações à obrigação de informação não deveriam ensejar o cancelamento da patente – o que representaria um risco para a viabilidade do sistema de patentes – e que as sanções deveriam ser buscadas fora do direito das patentes.

Os EUA, por sua vez, argumentaram que a obrigação de informar não deve atingir os recursos eventualmente utilizados como material de base para a pesquisa e a inovação, exportados pelos meios comerciais corriqueiros. Afirmaram também que, em função da relação tênue entre origem e invenções, seria improvável que a proposta sobre informação atingisse seus objetivos.

O próprio Acordo de TRIPS prevê a revisão do artigo 27.3(b), que trata da patenteabilidade de plantas e processos “essencialmente biológicos” para sua produção. O mandato de Doha solicita aos Membros o alargamento desta revisão para incluir a análise da relação entre o Acordo TRIPS, a CDB e a proteção do conhecimento tradicional e do folclore.

A reunião do Conselho de TRIPS também tratou de outros assuntos, como a cooperação técnica e capacitação de pessoal. A Secretaria da OMC requereu aos PMDRs que forneçam relatórios analíticos sobre sua necessidade de estender a assistência técnica para implementar o Acordo TRIPS, uma vez que apenas Uganda e Serra Leoa o fizeram até agora.

O tema da implementação das proteções à propriedade intelectual, assunto polêmico regularmente evocado

pelos países desenvolvidos, como os da Europa e os EUA, nas sessões recentes do Conselho, esteve notadamente ausente da agenda da reunião. De modo geral, os países em desenvolvimento resistiram aos esforços para transformar tal questão num assunto permanente na agenda do Conselho, o que faria com que fosse discutido a cada reunião.

A reunião do Conselho de TRIPS foi concluída com a nomeação da Embaixadora Gail Marie Mathurin (Jamaica) como presidente do Conselho, em sucessão ao Embaixador nigeriano Yonov Frederick Agah.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly*, Vol. 12, No. 10, 19 mar. 2008.

Protocolo de Biossegurança: reunião de Cartagena traz alguns avanços

A quinta reunião do Grupo de Trabalho de Especialistas Legais e Técnicos para Responsabilidade e Compensação no contexto do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança ocorreu entre os dias 12 e 19 de março, na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia. Aproximadamente 215 delegados, representantes de governos, organizações inter-governamentais e não governamentais, indústria e academia participaram da reunião, que foi um preâmbulo para a Conferência das Partes (COP/MOP 4), a ser realizada em Bonn, Alemanha, no mês de maio.

O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, em vigor desde setembro de 2003, é um tratado ambiental que integra a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Atualmente, 188 países fazem parte do Protocolo, inclusive o Brasil (desde novembro de 2003). O Protocolo de Cartagena tem como principal objetivo assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguro de organismos vivos modificados (OVMs), resultantes da biotecnologia moderna e que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica.

O Grupo de Trabalho foi criado em 2004 em conformidade com o Artigo 27 do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que requer o estabelecimento de um processo para a “elaboração adequada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação de danos resultantes do movimento transfronteiriço de OVMs”. A primeira reunião da Conferência das Partes – que serviu como a reunião das Partes do Protocolo (COP-MOP 1) – estabeleceu um grupo aberto *ad hoc*

de peritos em matérias legais e técnicas sobre Responsabilidade e Compensação. O grupo é composto por representantes nomeados pelas Partes do Protocolo e por observadores externos, bem como por organizações internacionais, organizações não governamentais e por representantes dos setores público e privado.

As principais tarefas do Grupo de Trabalho são: i) reavaliar informações relacionadas à responsabilidade e compensação de danos resultantes de movimentos transfronteiriços de OVMs; ii) analisar questões gerais relacionadas a cenários de danos potenciais e/ou reais e aplicar as normas e procedimentos internacionais sobre responsabilidade e compensação; e iii) auxiliar na elaboração de elementos externos às normas e procedimentos sobre responsabilidade e compensação, como o estabelecimento de definições.

Apesar de ainda haver diversos assuntos não resolvidos, os delegados reunidos em Cartagena chegaram a um acordo sobre a definição de “dano”. Tal definição, chave para o progresso das discussões, tem como base a responsabilidade objetiva desvinculada do conceito de culpa. As discussões sobre definição de dano classificam-se em 8 subgrupos: i) definição e natureza do dano; ii) valoração do dano causado à biodiversidade e à saúde humana; iii) limite aceitável do dano; iv) causalidade; v) papel das partes importadoras e exportadoras; vi) tipo de responsabilidade; vii) mecanismos financeiros (seguros); e viii) direitos de reclamação.

Delegados de Argentina, Canadá, Colômbia, Japão e Nova Zelândia mostraram-se favoráveis a uma definição mais específica. Por sua vez, Brasil, Bolívia, Comunidades Europeias (CEs), Cuba, México e Panamá defenderam uma definição mais abrangente. O Brasil propôs um texto com enfoque nos efeitos adversos para a diversidade biológica.

A definição de dano também foi discutida a partir de uma perspectiva administrativa e de responsabilidade civil. Com relação à questão administrativa, os delegados consideraram incluir “riscos à saúde humana” na definição, apesar da desaprovação do Japão. No que se refere ao aspecto de responsabilidade civil – resultante de movimentos transfronteiriços de OVMs – o Peru, com o apoio da Malásia, sugeriu que as partes prejudicadas deveriam primeiro buscar compensação antes de apelar para o regime de responsabilidade civil.

No que se refere à valoração do dano causado à biodiversidade, o Brasil ressaltou a importância da saúde humana e destacou que outros custos deveriam ser levados em conta quando da formulação de definições, como, por exemplo, a perda de renda.

O tema “padrões de responsabilidade” foi bastante debatido ao longo das negociações. Os governos insistiram que as decisões deveriam ser consistentes com suas legislações nacionais, mas que, devido à grande diversidade de legislações, qualquer decisão poderia conflitar, eventualmente, com a legislação interna de um país. Por outro lado, houve progresso no que se refere ao “esquema suplementar de compensação”. Um representante do setor industrial afirmou que as seis maiores companhias agrícolas de biotecnologia estão dispostas a juntar-se e fornecer compensação em casos de dano. Países em desenvolvimento sugeriram que a compensação complementar deveria ser aplicada no caso de responsabilidade administrativa e civil.

Ao final da reunião, os delegados concordaram que o documento revisado ainda precisa ser trabalhado e que a reunião da COP/MOP de maio provavelmente não será, na prática, suficiente para tanto.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

International Institute for Sustainable Development (IISD). Summary of the fifth meeting of the open-ended ad hoc working group on liability and redress in the context of the Cartagena Protocol on Biosafety. Disponível em: <<http://www.iisd.ca/vol09/enb09435e.html>>. Acesso em: 29 mar. 2008

Conselho de Informações sobre Biotecnologia. Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança: Reflexos para o Brasil. Disponível em: http://www.cib.org.br/cartagena/guia_cartagena.pdf. Acesso em: 29 mar. 2008

NOTÍCIAS REGIONAIS

Venezuela ganha o primeiro round na disputa com ExxonMobil

A petroleira estadunidense ExxonMobil perdeu a primeira batalha na disputa judicial travada com a estatal venezuelana *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA). Um juiz britânico decidiu suspender a ordem de congelamento preventivo de US\$ 12 bilhões de ativos da PDVSA que, solicitada pela Exxon, havia sido deferida em 24 de janeiro. A multinacional estadunidense anunciou que não recorrerá da decisão.

O juiz Paul Walter, membro do Tribunal Superior de Londres, rejeitou os argumentos da ExxonMobil, em especial no que diz respeito à competência do Tribunal. O magistrado considerou que o Tribunal britânico não possui competência para impor uma ordem de congelamento preventivo de ativos no presente caso – medida cautelar conhecida como “*Mareva Injunction*” – pois a PDVSA não é uma companhia inglesa e não possui filiais nem outras atividades no Reino Unido.

Um dos requisitos para a aplicação da “*Mareva Injunction*” é a existência de risco comprovado de que uma das partes tenha a intenção de desviar ativos com a finalidade de não honrar uma eventual sentença que lhe seja contrária. O juiz Walker não acolheu as alegações da ExxonMobil neste sentido e entendeu que inexistiam suspeitas de fraude recaindo sobre a PDVSA, reafirmando a situação de solvência internacional da empresa. Foi afastado, portanto, o argumento de que a estatal venezuelana seria uma empresa de solvência duvidosa que poderia fazer uso de expedientes fraudulentos para desviar fundos caso a ExxonMobil obtivesse vitória no contencioso arbitral em curso perante o Centro Internacional para a Resolução de Controvérsias Relativas a Investimentos (CIRDI).

Contexto da disputa

O litígio entre ExxonMobil e PDVSA teve início no ano passado, quando o governo venezuelano decidiu nacionalizar os convênios de associação da faixa petrolífera do Orinoco, que haviam sido firmados durante as privatizações da década de 90. Tais empreendimentos foram transformados em empresas de capital misto, nas quais os antigos investidores estrangeiros perderam o controle acionário e tornaram-se minoritários. O governo venezuelano negociou acordos para indenizar diversas empresas estrangeiras, mas não logrou resultados na negociação com ExxonMobil e Conoco Phillips, ambas empresas estadunidenses.

Diante do impasse, ExxonMobil decidiu levar o litígio à arbitragem internacional do CIRDI, órgão componente do grupo do Banco Mundial, especializado em questões relativas a investimentos. Paralelamente à via arbitral, ExxonMobil adotou a estratégia de pleitear – junto aos tribunais de diversos países – o congelamento de ativos da PDVSA, tendo obtido êxito junto a cortes dos Estados Unidos da América (EUA), Holanda e Antilhas Holandesas. Tal estratégia visa não apenas à facilitação da execução de uma eventual sentença de condenação à petroleira venezuelana, mas também ao fortalecimento da posição da ExxonMobil nas negociações, que permanecem em curso.

Nesse sentido, a decisão do juiz londrino constituiu um revés para a ExxonMobil. O Embaixador da Venezuela junto ao Reino Unido, Samuel Moncada, afirmou que a decisão foi “uma lição” para a Exxon, que deve aprender, de acordo com ele, que esta não é a melhor maneira para chegar a acordos amigáveis. Com efeito, não faltaram vozes junto ao governo venezuelano parabenizando o resultado da decisão. Rafael Ramirez, presidente da PDVSA e Ministro da Energia e Petróleo venezuelano, afirmou que essa foi uma decisão 100% favorável à tese venezuelana, além de constituir um importante precedente a todos os países produtores de petróleo.

O porta-voz da ExxonMobil, Alan Jeffers, adiantou que a multinacional não apelará da decisão, basicamente porque o juiz britânico não analisou a fundo os pedidos da Exxon, não questionou seu mérito, mas limitou-se a analisar a competência do juízo. A empresa afirmou, ainda, que as medidas cautelares obtidas junto à justiça estadunidense e holandesa permanecerão válidas.

Para alguns analistas, é de se esperar que a tensão intensifique-se em virtude dessa decisão, pois a posição da PDVSA na disputa foi fortalecida. Entende-se que o governo venezuelano terá maior confiança na hora de negociar com a ExxonMobil o montante das indenizações. O Embaixador Moncada afirmou que a Venezuela irá manter a mesma oferta de indenização oferecida no início do processo de nacionalização, mas de modo justo.

O ex-presidente da PDVSA, Luis Giusti, enfatizou a necessidade de negociar em iguais condições às que foram oferecidas às demais empresas, dando a entender que o governo não teve a vontade necessária para concluir um acordo. Para Horacio Medina, membro da organização Gente de Petróleo, mais vale um mau acordo que um bom litígio, criticando a atitude do governo venezuelano de qualificar a decisão do juiz britânico como uma derrota ao imperialismo e à Exxon, uma vez que se trata apenas de uma medida cautelar.

O Ministro Ramirez, ao chamar a ação cautelar de desproporcional, também informou que será dado prosseguimento a uma demanda por perdas e danos ocasionados pela mesma, bem como pela “campanha desmedida de sabotagem econômica”. A ordem de congelamento de ativos temporariamente obtida pela Exxon gerou grande temor em meio aos investidores, o que provocou uma queda dos títulos da dívida venezuelana, episódio que serviu de motivo ao Presidente Hugo Chávez para ameaçar a suspensão do fornecimento de petróleo aos EUA.

Por enquanto, de acordo com a versão do governo venezuelano, a sentença determinou a liberação dos

ativos da PDVSA dentro de um prazo de 48 horas, bem como atribuiu o valor de 380 mil libras esterlinas (US\$ 750 mil) a ser pago pela ExxonMobil, em 21 dias, a título de custos processuais. Foi também ordenado que a ExxonMobil efetue ações de desagravo perante instituições financeiras e agências qualificadoras de riscos, como o envio de cartas explicativas informando sobre a liberação dos ativos.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 6, 25 mar. 2008

Fontes consultadas:

Agência BBC. "Con PDVSA ganó Venezuela", 19 mar 2008. Disponível em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434752>. Acesso em: 27 mar. 2008.

Declarações de Rafael Ramirez, Ministro do Poder Popular para a Energia e Petróleo, Presidente da PDVSA, 8 fev 2008. Disponível em: <http://www.pdvs.com/index.php?tpl=interface.sp/desig/biblioteca/readdoc.tpl.html&newsid_obj_id=5459&newsid_temas=110>. Acesso em: 27 mar. 2008.

Discurso de Rafael Ramirez, Ministro do Poder Popular para a Energia e Petróleo, Presidente da PDVSA, 18 mar 2008. Disponível em: <http://www.pdvs.com/index.php?tpl=interface.sp/desig/biblioteca/readdoc.tpl.html&newsid_obj_id=5733&newsid_temas=110>. Acesso em: 27 mar. 2008.

El País. "Un juez británico descongela los activos de la petrolera de Venezuela", 19 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434547>. Acesso em: 27 mar. 2008.

El Tiempo. "Venezuela le gana pleito a la Exxon", 19 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434770>. Acesso em: 27 mar. 2008.

El Universal. "Pronostican que batalla entre Exxon y Pdvsa se radicalizará tras sentencia", 20 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=435167>. Acesso em: 27 mar. 2008.

La Tribune. "Pétrole: la compagnie nationale du Venezuela obtient gain de cause contre Exxon", 18 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434462>. Acesso em: 27 mar. 2008.

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434863>. Acesso em: 27 mar. 2008.

"PDVSA derrota ExxonMobil en tribunal británico", 8 fev 2008. Disponível em: <http://www.pdvs.com/index.php?tpl=interface.sp/desig/salaprensa/readnew.tpl.html&newsid_obj_id=5724&newsid_temas=1>. Acesso em: 27 mar. 2008.

The Miami Herald. "British judge rules against Exxon Móbil", 19 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434863>. Acesso em: 27 mar. 2008.

The Wall Street Journal. "Exxon loses U.K. ruling in fight with Venezuela", 19 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=434826>. Acesso em: 27 mar. 2008.

Energia: Argentina prepara-se para o inverno

A Argentina continua trabalhando intensamente para prevenir seu contínuo desabastecimento de energia durante o inverno. Para tanto, conseguiu firmar um acordo de "empréstimo de energia" com o Brasil, e tomou medidas restritivas com relação às suas exportações de gás.

Finalmente, um acordo com o Brasil

Após longas discussões sobre as quotas de gás boliviano correspondentes a cada país, Argentina e Brasil chegaram a um acordo de cooperação em matéria de energia para prevenir o desabastecimento energético na Argentina durante o próximo inverno.

O acordo não representa exatamente o que a Argentina havia solicitado ao Brasil (que o país cedesse à Argentina parte de suas quotas de gás boliviano). Essa opção foi excluída após afirmação do Presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, de que era impossível para o Brasil renunciar a qualquer molécula de gás. A Argentina, entretanto, conseguiu que o Brasil comprometesse-se a prover, sob forma de intercâmbio, entre 300 e 400 megawatts de eletricidade "em caráter de emergência", para que o país possa enfrentar o inverno e superar a crise energética que afeta o país há anos.

A decisão da Presidente da Argentina, Cristina Fernández, de buscar alianças regionais – em particular com Brasil e Bolívia – para o tema energético, foi aplaudida. Tal iniciativa foi classificada por um especialista em serviços públicos e energia como "uma política energética regional em busca do

tempo perdido”. Tradicionalmente, a Argentina foi um grande exportador de gás, mas ao longo dos últimos anos tem tido dificuldades de abastecimento.

Restrições à exportação de gás

A carência energética argentina afetará seus vizinhos do Cone Sul e, nesse sentido, a presidente da Argentina ressaltou ser importante articular os diferentes interesses para que a integração e o intercâmbio comercial não se tornem uma doação energética. Assim, foi anunciado um aumento dos impostos à exportação de gás natural e liquefeito de petróleo.

A medida argentina também afetaria as exportações argentinas de gás ao Paraguai. A decisão preocupou o governo paraguaio, o qual estuda a possibilidade de negociar com a Secretaria de Energia da Argentina, já que esse país é seu único provedor de gás.

O Vice-Ministro de Comércio do Paraguai, Luis Villalba, foi cauteloso com relação a essa possibilidade e ressaltou que excluir o Paraguai das restrições às exportações argentinas de gás poderia ser conflitante com a normativa da Organização Mundial do Comércio.

A Bolívia é a solução para o Mercosul?

Jornais locais na Bolívia publicaram um relatório oficial que revela os planos do país para a venda de gás natural para o Paraguai e Uruguai a partir de 2014. Esse processo ocorreria por meio do Gasoduto do Nordeste, que seria construído para abastecer a Argentina.

O documento, intitulado “estratégia nacional de hidrocarbonetos”, afirma que em seis anos o governo de Evo Morales contará com novas reservas, o que lhe permitirá continuar a exportar gás natural a seus maiores compradores – Brasil e Argentina – e abastecer os demais países do Mercosul – Paraguai e Uruguai.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, No. 6, 25 mar. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

A integração do mercado de trabalho mundial

Os movimentos da força de trabalho e a integração do mercado mundial de mão-de-obra são peça-chave na relação entre comércio, desenvolvimento e globalização. Essa é uma das conclusões do trabalho

publicado recentemente pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês): *Garantindo ganhos de desenvolvimento e redução de pobreza a partir do comércio: a mobilidade da força de trabalho e a dimensão das habilidades comerciais*.

O relatório aponta que os movimentos transfronteiriços de mão-de-obra na atualidade são impulsionados por uma série de fatores, fortemente influenciados pela globalização e a integração econômica e comercial. Além das causas mais conhecidas, como as disparidades de remuneração entre países desenvolvidos (PDs) e os países em desenvolvimento (PEDs) e a procura por melhores condições de vida, destacam-se como fator emergente os conflitos decorrentes dos impactos ambientais sobre recursos naturais, especialmente no contexto das mudanças climáticas (MCs). As migrações causadas por MCs ainda estão em fase de estudo, e há dificuldade em obter dados precisos. Estima-se, por exemplo, que aproximadamente 200 milhões de pessoas vivam em regiões com perigo de inundação, o que aumenta consideravelmente a pressão migratória.

Outro fator é a escassez de mão-de-obra nos PDs, crescente em vários setores econômicos, com destaque para o trabalho especializado. Apenas nos Estados Unidos da América (EUA), o setor de tecnologia da informação deve enfrentar uma carência de 10 milhões de trabalhadores até 2010. Em contrapartida, os PEDs estão empreendendo esforços no sentido de suprir essa demanda e alcançar uma boa posição no mercado laboral. Um exemplo é o dos imigrantes indianos nos EUA, que têm contribuído para o crescimento da indústria de seu país natal, tanto pela transferência de tecnologia, como por abrir novos mercados para os produtos e serviços da Índia.

Apesar do aumento na demanda por trabalhadores estrangeiros, muitos PDs e cada vez mais PEDs continuam elevando as barreiras à sua entrada. Principalmente nos EUA e na União Européia, as políticas de imigração tornam-se cada vez mais rígidas. Os trabalhadores imigrantes que conseguem vencer essas barreiras ainda podem enfrentar várias outras dificuldades, como condições de trabalho menos privilegiadas, remuneração inferior e ausência de proteção previdenciária e de benefícios trabalhistas. Mesmo diante dessas limitações e restrições, os fatores que impulsionam o movimento da mão-de-obra continuam prevalecendo, e verifica-se o aumento das migrações, tanto para PDs, quanto entre PEDs.

Outra inconsistência, segundo o relatório, reside na disparidade entre os interesses dos empresários e as instâncias e políticas de trabalho nacionais. Mesmo frente à demanda apresentada, a resistência de

setores domésticos continua alta. Nesse sentido, empresas de tecnologia e institutos de pesquisa estadunidenses têm feito campanhas para aumentar a concessão de vistos pelo governo, sob o argumento da necessidade de tal medida para que o país mantenha a liderança na economia mundial.

De acordo com o relatório da UNCTAD, a não-inclusão do tema nas negociações comerciais seria uma incongruência. Uma vez percebido que o trabalho competitivo, em termos de custo e qualidade, é um forte fator econômico e uma vantagem comparativa da maioria dos PEDs, não faz sentido que seja deixado de fora da liberalização comercial, tanto em nível regional quanto multilateral. Diante disso, a proposta é empreender uma integração do mercado, no sentido de possibilitar o acesso das empresas e dos consumidores ao banco de trabalho. O avanço nessa área seria essencial para não comprometer a abertura do próprio sistema de comércio multilateral, em sua natureza não-discriminatória e eqüitativa – objetivo estipulado na Declaração do Milênio das Nações Unidas e nos Resultados da Cimeira Mundial de 2005, das Nações Unidas.

Reportagem Equipe Pontes

Fonte consultada:

UNCTAD. “Assuring development gains and poverty reduction from trade: the labour mobility and skills trade dimension”. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditctncd20078_en.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2008.

local de origem e método de produção específicos, como no caso do Champanhe da França.

No ano passado, a Etiópia optou por outro caminho, ao decidir registrar a marca de seus feijões Sidamo e Harar, ao invés de apoiar-se na IG. (ver Pontes Quinzenal, Vol. 2, No. 9, 16 de jul. de 2007). A Etiópia espera que as marcas tragam mais lucro para seus agricultores e dêem maior retorno às comunidades. Da mesma forma, os produtores ruandenses esperam que a venda de seu café para a *Starbucks* contribua para o desenvolvimento de suas comunidades locais.

O Embaixador de Ruanda nos Estados Unidos da América (EUA), Zac Nsenga, declarou que o objetivo dos cafeicultores de seu país é produzir café em quantidade e qualidade sustentáveis, mantendo os padrões de excelência. Com isso, pretendem alcançar um padrão de vida sustentável para suas famílias. A Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA (USAID, sigla em inglês) firmou parcerias com os ruandenses para promover a cafeicultura e a infraestrutura de processamento do grão.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 8, No. 5, 20 mar. 2008.

Fuentes consultadas: EEUU apela decisión de la OMC sobre algodón favorable a Brasil. (2008, 13 de febrero). Invertia. Consultado el 22 de febrero de 2008 en http://ar.invertia.com/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200802132025_AFP_202500-TX-JEK20

BREVES REGIONAIS

Starbucks promoverá café ruandense

A rede internacional de cafeterias *Starbucks* anunciou que comercializará um café de alta qualidade de Ruanda, país que teve a cafeicultura praticamente dizimada pelo genocídio de 1994. Ruanda espera auferir benefícios em termos de desenvolvimento a partir dessa parceria, baseada em grãos de café sujeitos a uma Indicação Geográfica (IG).

A *Starbucks* difundirá, em breve, uma mistura exclusiva de café, chamada “Ruanda Bourbon Azul”. A rede pretende elevar a quantidade de café originário da África e enxerga no café de Ruanda uma possível resposta às demandas dos consumidores por cafés que, além de possuírem alta qualidade, possam ser identificados como originários de determinada região ou país. A IG associada ao café ruandense significa que existe uma restrição para o uso do nome por um

Produtores do setor agropecuário argentino reagem às medidas de exportações

A decisão do governo argentino, comunicada em 11 de março, de aumentar as retenções agrícolas recebeu reação fervorosa do setor agropecuário. A nova estruturação dos impostos sobre a exportação de bens agrícolas incidiu, principalmente, sobre óleos e grãos: soja (25%), trigo (28%), milho (25%), girassol (32%), óleo e farelo de girassol (30%) e óleo e farelo de soja (32%). Os representantes do governo defendem que as retenções correspondem a uma medida política favorável à distribuição de renda. As retenções agrícolas constituem a principal fonte de divisas da Argentina.

No dia seguinte ao comunicado da nova política de governo, representantes das quatro entidades do campo – Sociedade Rural Argentina (SRA),

Confederações Rurais Argentinas, Confederação Intercooperativa Agropecuária e a Federação Agrária Argentina – reuniram-se e declararam-se em estado de assembléia permanente. Nesta reunião, os produtores argentinos foram convocados a não comercializar produtos agrícolas, decisão que foi prorrogada em reuniões ulteriores.

No último dia 24, as entidades representantes do campo decidiram, com a finalidade de dotar o movimento do maior grau de unidade possível, constituir uma “Comissão Conjunta” para “atuar e trabalhar em conjunto sobre as políticas do setor”. O setor diz-se à espera de um convite – ainda inexistente – do governo à negociação. Até 24 de março, os produtores haviam bloqueado mais de 30 estradas no interior do país.

Em reação à greve dos produtores do setor pecuário, o sindicato dos caminhoneiros, representado por Pablo Moyano, tem agido no sentido de evitar o bloqueio das rotas de distribuição, em defesa do que afirmam ser seu “direito de circular livremente”.

Os efeitos da paralisação – que já dura mais de quinze dias – já podem ser sentidos nos supermercados. De acordo com a Associação de Defesa de Usuários e Consumidores (ADEUCO), unidades de venda das redes Disco, Jumbo, Carrefour, Walmart e Coto já estão sem frutas, verduras, produtos lácteos e carne, sendo esse último o produto que encontra maiores problemas. De acordo com Luciano Miguens, representante da SRA, os protestos não objetivam cortes no abastecimento dos produtos, mas sim “despertar a atenção” da população argentina sobre a nova estrutura das retenções agrícolas.

A primeira manifestação da Presidenta Cristina Kirchner a respeito dos referidos eventos só ocorreu em 25 de março. Em seu discurso, Cristina declarou que tais protestos sinalizam uma transformação positiva no país, que teria passado “dos piquetes da miséria e da tragédia aos piquetes da abundância”, uma vez que se circunscrevem ao setor de maior rentabilidade recente no país.

A despeito de posições similares àquelas proferidas pelo ex-Ministro da Economia, Roberto Lavagna, que aconselhou a Presidenta a “convocar ao diálogo” os setores do campo, Kirchner reafirmou a posição do governo de não apresentar abertura ao diálogo enquanto a greve não for encerrada. Ademais, afirmou que os maiores prejudicados com a ação dos produtores do setor agropecuário são os próprios argentinos, uma vez que as exportações “seguem de vento em popa”.

O tom do discurso da presidenta causou irritação por parte das entidades representantes do campo. De acordo com o líder da SRA, Miguens, as palavras de Cristina eram a “faísca que faltava para acender o incêndio”. Com efeito, após o discurso proferido em 25 de março, os protestos chegaram às cidades. Em novo discurso, proferido no último 27 de março, a presidenta reafirmou a decisão de abertura à negociação vinculada à desmobilização da paralisação.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

El Clarín. “Continúa el paro del campo y los productores aseguran que no buscan el desabastecimiento”, 18 mar 2008. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2008/03/18/um/m-01631315.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

Federação Agrária Argentina. Site oficial. Disponível em: <<http://www.faa.com.ar>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Folha de São Paulo. “Discurso de Cristina inflama greve”, 26 mar 2008. Disponível em: <<http://folha.com.br>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

La Nación. “Aconsejó Lavagna a Cristina Kirchner que convoque al diálogo”, 24 mar 2008. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=998257>. Acesso em: 24 mar. 2008.

La Nación. “Por los cortes, empiezan a faltar carne, lácteos y verduras”, 24 mar 2008. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/economia/nota.asp?nota_id=998261&origen=relacionadas>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Presidencia de la Nacion Argentina. “Palabras de la Presidenta de la Nación, Dra. Cristina Fernández de Kirchner durante el encuentro, em Parque Norte”, 27 mar 2008. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=1831>. Acesso em: 28 mar. 2008.

Presidencia de la Nacion Argentina. “Discurso de Cristina Fernández em e lacto de firma de convênios entre AySA y municipios bonaerenses”, 25 mar 2008. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&task=view&id=1818&Itemid=66>. Acesso em: 28 mar. 2008.

Sociedad Rural Argentina. “El camp dice basta”, 14 mar 2008. Disponível em: <<http://www.ruralarg.org.ar>>. Acesso em: 24 mar. 2008.

Cuba libera comércio de insumos agrícolas

Ao suspender parcialmente a proibição de compra de insumos agrícolas para alguns produtores rurais no país, o governo de Cuba implementou uma relevante mudança no sistema de planificação econômica existente desde o golpe militar, ocorrido ao final da década de 1950. O aumento nos preços dos alimentos e os protestos dos agricultores pressionaram a tomada da medida, considerada por diversos comentaristas como uma importante revolução no monopólio estatal.

A previsão é de que, em breve, alguns produtos básicos, como ferramentas, herbicidas e outros insumos possam ser comprados em lojas, de modo que a distribuição dos materiais deixe de ser controlada pelo governo. Na situação anterior, os fazendeiros reclamavam que a falta dos insumos por vezes causava a perda de plantações inteiras, que apodreciam antes de serem colhidas.

Cuba conta com 1.100 cooperativas privadas, o que faz do setor agrícola uma ilha de propriedade privada num país onde 90% da economia é controlada pelo Estado, conforme a avaliação de especialistas.

O Presidente Raúl Castro, que assumiu o poder recentemente no lugar de seu irmão Fidel, tem demonstrado que a agricultura é uma prioridade de seu governo. Por meio do incentivo, ele pretende reduzir a importação de produtos agrícolas, que alcança a cifra de a U\$ 2 bilhões por ano, e atenuar o descontentamento dos consumidores com o elevado custo dos alimentos. Segundo o novo líder, o alvo imediato é satisfazer as necessidades básicas da população.

Outras medidas nesse sentido foram adotadas recentemente. Nas últimas semanas, o governo anunciou que liberará a venda de aparelhos de DVD e computadores, cuja suspensão foi oficialmente motivada com o fim de frear o gasto energético. A maior disponibilidade de eletricidade no país, por conta da importação de geradores da Venezuela, teria possibilitado a concessão. A venda de tais equipamentos havia sido suspensa com o colapso da União Soviética, que fornecia produtos do gênero para a ilha, desde então apenas encontrados no mercado negro.

Como parte da reestruturação energética, também teve início um processo de substituição dos motores de caminhão russos por similares chineses, cujo aproveitamento de combustível é razoavelmente superior. As normas de viagem para o exterior também

devem ser flexibilizadas, conforme sinalizou o Chanceler Pérez Roque.

Ainda que muitos críticos permaneçam céticos de que o levantamento parcial do embargo, assim como os demais atos de abertura, acenem para o início de uma mudança radical, as medidas certamente representam uma importante brecha no sistema de controle estatal que marca o país desde o golpe. O ato confirma as declarações do presidente sobre sua disposição em tornar a economia cubana mais eficiente.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Reuters. "Cuba libera parcialmente la venta de insumos de agricultura", 17 mar 2008. Disponível em: <<http://es.reuters.com/article/businessNews/idESLAR75987720080318>>. Acesso em: 21 mar. 2008.

Folha de São Paulo. "Cuba descentralizará produção agrícola", 25 mar 2008. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=436372>. Acesso em: 25 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. "Cuba amplia reformas e prepara descentralização da agricultura", 25 mar 2008. Disponível em: <<http://txt.estado.com.br/editorias/2008/03/25/int-1.93.9.20080325.17.1.xml>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

Reuters. "Cuba estuda flexibilizar viagens ao exterior, diz chanceler", 19 mar 2008. Disponível em <http://br.news.yahoo.com/s/reuters/080319/mundo/mundo_cuba_viagens_flexibiliza_pol>. Acesso em: 27 mar. 2008.

O Estado de São Paulo. "Raúl Castro autoriza venda de computadores em Cuba", 24 mar 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/internacional/not_int145027,0.htm>. Acesso em: 27 mar. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

31 de março

Workshop sobre medidas sanitárias e fitossanitárias

2 e 4 de abril
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Madagascar

2 de abril
Grupo de trabalho sobre a acessão do Iraque

2 e 3 de abril
Reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias

4 de abril
Grupo de trabalho sobre a acessão da Etiópia

9 e 10 de abril
Audiência pública do painel DS294 sobre o caso *Zeroing*

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=12&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2007&month=11&day=1>>.

31 de março a 4 de abril
Workshop de treinamento aos oficiais da Etiópia sobre temas relacionados à acessão à OMC
Local: Genebra, Suíça.

4 de abril
Pré-evento à UNCTAD XII: “Lições do comércio sul-sul na Ásia e o papel dos acordos regionais de comércio”
Local: Genebra, Suíça.

7 a 9 de abril
Pré-evento à UNCTAD XII: “Elaboração de padrões de sustentabilidade para o trabalho de pequenos agricultores”
Local: Arusha, Tanzânia.

Fóruns Regionais**Mercosul**

Informações:

<<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>.

31 de março a 2 de abril
XCIX Reunião da Comissão de Comércio (CCM)
Local: Montevideú, Uruguai.

31 de março a 2 de abril
Grupo *ad hoc* de Redação do Código Aduaneiro do Mercosul

Local: Buenos Aires, Argentina.

1 de abril
Reunião do Programa MARCA (setor educativo)
Local: Buenos Aires, Argentina.

1 de abril
Reunião do Setor Privado da Indústria Naval do Mercosul
Local: Montevideú, Uruguai.

2 a 4 de abril
Reunião de Altos Funcionários Mercosul-UE
Local: Bruxelas, Bélgica.

3 a 4 de abril
Reunião do Grupo *ad hoc* de Alto Nível para a Reforma Institucional (GANRI)
Local: Buenos Aires, Argentina.

3 a 4 de abril
Reunião da CRC-ES (setor educativo)
Local: Buenos Aires, Argentina.

7 a 8 de abril
Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 13 “Comércio Eletrônico” (SGT nº 13)
Local: Buenos Aires, Argentina.

07 a 08 de abril
Reunião da CRC-ES (setor educativo)
Local: Buenos Aires, Argentina.

07 a 08 de abril
Reunião de Negociações Mercosul – Marrocos
Local: Rabat, Marrocos.

7 de abril a 8 de abril
Reunião do Grupo *ad hoc* de Consulta e Coordenação para as Negociações OMC-SGPC (GAH OMC-SGPC)
Local: Buenos Aires, Argentina.

8 de abril a 9 de abril
Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 2 “Aspectos Institucionais” (SGT Nº 2)
Local: Buenos Aires, Argentina.

9 de abril a 11 de abril
Reunião do Subgrupo de Trabalho Nº 5 “Transporte” (SGT Nº 5)
Local: Mendoza, Argentina.

10 de abril a 11 de abril
Reunião Técnica da Incorporação da Normativa Mercosul (RTIN)
Local: Buenos Aires, Argentina.

CEPAL

Local: Santiago, Chile.

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

3 de abril

Palestra "A inovação no contexto da Parceria Público-Privada para a inserção internacional"

7 de abril

Curso "Opções estratégicas para a reforma educativa"

10 de abril

Política macroeconômica e flutuações cíclicas

14 de abril

VIII versão da Conferência Internacional sobre tecnologias limpas para a indústria mineradora mundial - CTWMI 2008

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

31 de março

Conferência sobre fundos soberanos no cenário de investimentos globais: construindo confiança
Local: Londres, Reino Unido.

31 de março

Conferência de imprensa para a apresentação do Relatório Territorial sobre Istambul, Turquia
Local: Istambul, Turquia.

1 de abril

Divulgação de estatísticas
Local: Paris, França.

3 e 4 de abril

Conferência sobre o fornecimento de serviços de inovação: cumprindo os desafios das regiões rurais
Local: Colônia, Alemanha.

4 de abril

Conferência de imprensa para a apresentação do relatório Assistência Oficial ao Desenvolvimento 2007, apresentado pelo Secretário-Geral.
Local: Tóquio, Japão.

4 a 8 de abril

Reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD)
Local: Miami, Estados Unidos da América.

5 e 6 de abril

Reunião dos ministros do desenvolvimento do G-8
Local: Tóquio, Japão.

7 de abril

Divulgação do relatório econômico da OCDE sobre o Japão
Local: Tóquio, Japão

7 e 8 de abril

X Fórum de parceria africana
Local: Tóquio, Japão

8 de abril

Publicação do *Factbook OCDE 2008*
Local: Paris, França

9 de abril

Divulgação do relatório econômico da OCDE sobre a Alemanha
Local: Paris, França

9 e 10 de abril

IV Reunião anual dos Oficiais de orçamento seniores da Europa central e do leste
Local: Bucareste, Romênia

11 de abril

Apresentação do relatório econômico da OCDE sobre o Japão
Local: Washington, D.C., Estados Unidos da América

11 de abril

Divulgação das estatísticas OCDE sobre a padronização dos índices de desemprego e indicadores compostos
Local: Paris, França

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Brasil e Venezuela assinam acordo de associação sobre refinaria

O terceiro encontro de uma série de reuniões trimestrais entre os governos do Brasil e da Venezuela culminou com a assinatura de um contrato de associação sobre a refinaria Abreu de Lima, em Pernambuco. O documento determina que 60% do capital da empresa ficará sob domínio da parte brasileira. No entanto, o acordo de acionistas, bem como o estatuto, serão negociados posteriormente, com prazo ainda a ser definido publicamente.

Brasil reduz tarifa para importações do Mercosul

O governo brasileiro reduziu, em 24 de março, as alíquotas do Imposto de Importação para 174 produtos que circulam no Mercosul. Além de tarifas – em torno de 16 a 18% – que foram reduzidas a zero, as alíquotas para máquinas e equipamentos, bens de informática e de telecomunicações passaram a 2%. A medida é válida até 31 de dezembro, com possibilidade de ser renovada. Para mais informações a respeito, ver:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=436486>.

Efeitos das emissões de gás e aerossóis sobre mudanças climáticas

O Programa *South American Emissions, Megacities and Climate* (SAEMC) realizará seu segundo encontro nos dias 2, 3 e 4 de abril no Itamambuca Eco Resort, em Ubatuba, litoral paulista sob organização do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O SAEMC constitui uma rede sul-americana de instituições científicas com foco em mudanças na composição química da atmosfera regional e seus impactos no tempo, no clima e na qualidade do ar. Com base em inventários de emissões de gases e aerossóis, serão aplicados modelos para estudos de poluição do ar e de mudanças climáticas induzidas pelas emissões. Para mais informações, acesse: <<http://www6.cptec.inpe.br/saemc>>.

Disponibilizadas estatísticas públicas fiscais

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) disponibilizou via Internet uma série de estatísticas públicas fiscais. Esta é uma iniciativa que consolida dados dispersos em vários órgãos e os ordena em séries anuais e mensais, com o objetivo de permitir a análise da evolução das despesas. Trata-se de um conjunto de sessenta tabelas de receitas e despesas públicas. A SOF também disponibilizou a metodologia utilizada pelo Departamento de Assuntos Fiscais. As estatísticas podem ser acessadas em: <<http://www.planejamento.gov.br/orcamento/conteudo/noticias/znoticia.asp?Cod=2247>>.

Brasil é o nono país em empreendedorismo, segundo estudo do IBMEC

Estudo divulgado em 19 de março pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), “Global Entrepreneurship Monitor (GEM)”, desenvolvido com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), aponta que o Brasil ocupa a nona posição entre os países com maior número de pessoas que abrem

negócios, atrás de Tailândia, Peru, Colômbia, Venezuela, República Dominicana, China, Argentina e Chile. De acordo com a pesquisa, em cada 100 brasileiros com idade entre 18 e 64 anos, cerca de 13 desenvolvem alguma atividade empreendedora, seja no comércio ou no setor de serviços. As duas principais motivações identificadas para número tão expressivo são a oportunidade, isto é, a identificação de um nicho de mercado em ascensão, e a necessidade, relacionada à falta de opções de trabalho. Com efeito, a pesquisa revela que 57% dos empreendedores iniciais tinham uma renda familiar inferior a três salários mínimos. O conteúdo integral do estudo pode ser acessado em: <<http://www.ibqp.org.br>>.

FMI: proposta de plano que dará mais poder a países emergentes

O conselho do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou um plano de reforma da instituição que ampliará o poder dos países em desenvolvimento (PEDs), entre eles o Brasil, o México e a Índia. A proposta prevê que os países desenvolvidos (PDs) cederão uma fração de seus direitos de voto, o equivalente a 1,6 ponto porcentual, para beneficiar PEDs. De acordo com o plano, os PDs passariam a ter 57,9% dos direitos de votos - hoje têm 59,5% - enquanto a participação das nações em desenvolvimento subiria a 42,1%, dos atuais 40,5%. Segundo a nova equação, o Brasil ficará com 1,72% (ante 1,4% antes) do sufrágio total, enquanto Reino Unido, França, Arábia Saudita, Canadá e Rússia perderão força.

Desafios de um país com população majoritariamente idosa

Estudo feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), divulgado pela publicação *Cadernos de Saúde Pública*, traça um cenário da estrutura etária dos brasileiros, com ênfase ao rápido envelhecimento pelo qual a população está passando. Mais precisamente, o estudo prevê que a população idosa, na primeira metade do século XXI, aumentará a taxas entre 2 e 4% ao ano, ao passo que a população jovem tende a decrescer. O cenário é de que, em 2050, as pessoas com mais de 65 anos (3% em 1970) correspondam a, aproximadamente, 19% da população brasileira, o que demandará reformas na área de saúde e Previdência. O estudo pode ser acessado na biblioteca Scielo, no seguinte link: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-11X2008000300013&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>.

Palestra sobre o Direito do Mar

A Embaixada da Áustria e a Fundação Getúlio Vargas promoverão a palestra “The contribution of the

International Tribunal for the Law of the Sea to International Law”, que será ministrada por Dr. Helmut Tuerk, Juiz do Tribunal para o Direito do Mar das Nações Unidas. O evento será realizado em 10 de abril, às 9h, no Auditório da Direito GV, localizado à Rua Rocha, 233, 2º subsolo. A palestra será ministrada em inglês e não contará com tradutor.

FGV será sede de evento sobre estratégia e competitividade na América Latina

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) será sede da Conferência “Estratégia e Competitividade na América Latina”, co-patrocinada pelo *Journal of Business Research*. É necessário que os trabalhos se insiram em uma das seguintes grandes áreas: competitividade na América Latina; comportamento institucional e de negócios na América Latina; estratégia de formulação e execução na América Latina; e estratégias funcionais. As propostas de trabalho com até 150 palavras devem ser enviadas até 31 de março para o endereço de e-mail: smla2009@gmail.com. Os melhores trabalhos apresentados na conferência serão publicados no *Journal of Business Research*.

Direito GV organiza seminário internacional sobre Direito Concorrencial

A Direito GV e a University of Missouri School of Law convidam para o Seminário Internacional de Direito Concorrencial intitulado “Latin American Competition Policy: The Law and Economics of Cartels and Competition Advocacy”. O evento será realizado no dia 4 de abril de 2008, das 8h às 18h, no Auditório da Direito GV, localizado à Rua Rocha, 233 (Bela Vista, São Paulo). As inscrições podem ser feitas no *site*: <<http://www.fgv.br/direitogv>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.